

Jandir Pauli¹
Elaine da Silva Leite²
Cinara Lerrer Rosenfield³

*Entre o oikos e a firma: a influência
do crédito na transição socioeconômica
da agricultura familiar brasileira*

Introdução

Do ponto de vista econômico, a Agricultura Familiar foi historicamente caracterizada como sistema de produção voltado para o autoconsumo, com utilização de mão de obra predominantemente familiar e organizada em pequenas propriedades, orientadas, especialmente, para o autoconsumo. No plano social, este modelo de produção está imerso em uma complexa teia de relações comunitárias marcadas por fortes vínculos de vizinhança, fazendo emergir uma miríade de associações comunitárias como sindicatos de trabalhadores, cooperativas de produção e de crédito, organizadas especialmente por movimentos sociais, igrejas e organizações não governamentais (ONGs). A ação política articulada dessas organizações contribuiu para a criação de programas governamentais de crédito subsidiado, especialmente o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Lançado em 1996, o Programa contribuiu substancialmente para a emergência de novos programas, como o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Estes programas intensificaram a atividade econômica, através do acesso ao crédito com juros subsidiados pelo Estado, provocando uma alteração substancial do perfil econômico da agricultura familiar brasileira e marcando a transição de um modelo fechado de produção (orientado para o autoconsumo) para um modelo aberto ao mercado.

¹ Pós-doutorado em Sociologia Econômica pela Université Paris IV - Sorbonne, professor titular da Faculdade Meridional (IMED) e do programa de pós-graduação *stricto sensu* em Administração. E-mail: jandir@imed.edu.br.

² Professora de Sociologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UFPel), coordenadora do GENS (Grupo de Estudos em Novas Sociologias - Econômica, Finanças e Família). E-mail: elaineleite10@gmail.com.

³ Doutorado em Sociologia do Trabalho - Université Paris IX - Dauphine (2000) e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: rosenfield@uol.com.br.

Com este plano de fundo, este estudo pergunta: qual o sentido das transformações ocorridas na agricultura familiar brasileira a partir da intensificação da circulação do dinheiro na sua relação com o mercado?

Em termos gerais, a identidade econômica e social do Agricultor Familiar pode ser definida em diferenciação ao campesinato tradicional, uma vez que este historicamente utilizou a propriedade para a agricultura de subsistência, com poucas relações com o mercado. No contexto da criação do Pronaf, a “Agricultura Familiar” é entendida como um setor econômico que se relaciona com o mercado através do acesso ao crédito, permitindo a aquisição de insumos, agregação de valor e comercialização da produção. Nas palavras de Abramovay (1992, p. 22) “[...] uma agricultura familiar altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa”. Em outros termos, trata-se de uma definição “fabricada” através da relação entre movimentos sociais e o Estado para definir um segmento econômico em constituição a partir da pauta dos movimentos sociais e da constituição de uma política pública que reconhecia sua importância econômica e social.

No campo da Sociologia Econômica, duas bases teóricas, consideravelmente diferentes entre si, oferecem suporte para analisar estas transformações: a primeira é a tradição inaugurada por Weber (1864-1920), especialmente na obra *Economia e Sociedade* (1921). A segunda contribuição é oferecida por Karl Polanyi (1886-1964) com a obra *A grande transformação, as origens da nossa época* (1944). A inovação deste estudo está em localizar as contribuições destes pensadores para a compreensão do sentido das transformações ocorridas neste setor econômico após a implantação das políticas públicas de crédito. Sua pretensão é evitar interpretações dualistas ou dicotômicas sobre o efeito do dinheiro nas relações sociais, ou seja, a questão não é avaliar se o crédito contribuiu ou não para o desenvolvimento socioeconômico deste setor, mas compreender o sentido das transformações socioeconômicas operadas pela intensificação da circulação do dinheiro. Para isto, procura mostrar que estes dois autores contribuem para a leitura de aspectos específicos das transformações ocorridas na agricultura familiar brasileira. Seu objetivo é, portanto, oferecer subsídios teórico-metodológicos para compreender o sentido dessas transformações.

A definição deste objetivo parte da noção comum a Weber e Polanyi de que o mercado foi o grande fato social da modernidade e seu surgimento foi impulsionado pela introdução do dinheiro nas transações econômicas, desenvolvendo a racionalidade instrumental (cálculo) e, por consequência, o comportamento mercantil. Valendo-se de uma revisão da

literatura sobre o assunto, o roteiro do debate parte da reconstituição do papel do *oikos* nas sociedades tradicionais e a sua desestruturação no desenvolvimento econômico do ocidente. Em seguida, serão realçadas as diferenças entre os autores, mostrando suas diferentes implicações teórico-metodológicas para a análise das transformações recentes da agricultura familiar brasileira.

O enraizamento social da economia e controle sobre o mercado em Polanyi

Na obra *A grande transformação...* Polanyi defende a tese de que a economia está enraizada (*embedded*) nas relações sociais, políticas, culturais e religiosas, e suas funções são, portanto, limitadas (*single-purpose-money*) para o autoconsumo e a subsistência. Isso muda radicalmente na modernidade quando o dinheiro passa a ser o equivalente geral das trocas e dinamizador do mercado. Esta percepção está sustentada na ideia de que o mercado, pautado na impessoalidade das trocas comerciais e na utilização massiva do dinheiro como meio de troca, subjugava as relações sociais à lógica do lucro e faz do “comportamento mercantil” um modelo de vida social.

Em sua análise, Polanyi considera que a integração econômica da sociedade está condicionada por quatro princípios econômicos: reciprocidade, redistribuição, domesticidade e mercado. A redistribuição parte da contribuição dos membros de determinada sociedade para que a produção seja armazenada e administrada por uma institucional central, geralmente o Estado, que tem a tarefa de zelar pelo provimento dos recursos para o bom funcionamento do grupo. A domesticidade consiste na produção para o autoconsumo, e sua pretensão é prover o consumo em unidades autossuficientes em que a venda de excedentes não comprometa a base da domesticidade. Na reciprocidade, as transformações são indissociadas das relações humanas na provisão da subsistência do grupo social, pressupondo relações sociais de proximidade. Por fim, o mercado é caracterizado como modelo autorregulável em que toda a produção é para a venda neste mercado e o ganho monetário é a finalidade última da ação dos atores envolvidos nas trocas, fazendo emergir uma relação social baseada na impessoalidade e submetida às leis da oferta e demanda (POLANYI, 2000, p. 68).

Para Polanyi, os princípios são formas de integração que predominaram ao longo da história, e suas combinações compõem uma pluralidade de lógicas econômicas. Enquanto nos princípios da reciprocidade, domesticidade e redistribuição (que compõem a economia substantiva) o processo econômico está incrustado nos laços de

parentesco e na religião, a economia moderna viu sobressair um sistema social sedimentado nas noções de autointeresse dos indivíduos e autorregulação da economia. Este sistema teria expandido seus domínios através da negação do papel das instituições sociais – entre elas o Estado – que, nas sociedades pré-modernas, conformavam a nervura da organização social (POLANYI, 2000, p. 62). Segundo o autor, nas sociedades pré-modernas, a economia era regida pelos padrões da centralidade e simetria, entendidos como orientadores da organização social, enquanto a modernidade destacou ao mercado o papel de organizador da sociedade, tornando a vida social refém de leis de formação de preços e livre concorrência. A questão central desta mudança é que o princípio do mercado precisa do “padrão de mercado”, nestes termos a permuta e a barganha, para se efetivar (POLANYI, 2000, p. 76). Esta condição lhe confere uma contradição estrutural em relação aos demais princípios econômicos, exigindo uma sobreposição a estes para se estabelecer. A domesticidade, por sua vez, relaciona-se com os princípios da centralidade e redistribuição e está baseada na autarquia, traço acessório do grupo fechado.

A crítica à colonização da vida social pelo mercado é, portanto, o ponto central da análise polanyiana. Para o autor, a ação econômica deve ser compreendida como socialmente enraizada, e seus derivados (troca e escambo) nunca determinaram a forma da vida social, mas são resultados da tentativa de manter a sociedade enquanto tal, isto é, “a economia do homem, como regra, está submersa nas suas relações sociais” (2000, p. 65). Para o autor, na economia de mercado (formal) o sistema econômico “é controlado, regulado e dirigido apenas por mercados, e a ordem na produção e distribuição dos bens é confiada a esse mecanismo autorregulável” (2000, p. 89). Em outras palavras, neste modelo econômico, não há interferência do social na economia e isto inibe o estabelecimento da reciprocidade e da redistribuição como mediadoras da relação entre economia e sociedade. Polanyi conclui com a contundente afirmação de que estes princípios de integração social são, na modernidade, tomados de assalto pelo desenvolvimento do “moinho satânico” do mercado (POLANYI, 2000, p. 95).

Para Vinha (2003), em Polanyi a reciprocidade e a redistribuição são sistemas de coordenação superiores em virtude da sua capacidade de empregar o escambo, a troca e o intercâmbio como métodos subordinados. Assim, estes princípios da organização econômica interferem diretamente na organização social e podem mobilizar o acesso aos recursos econômicos. Neste intento, a economia está enraizada nas instituições econômicas e não econômicas que são fundamentais para o

seu funcionamento. E esta condição resulta da relação entre o homem e seu ambiente, sendo que a mudança depende fundamentalmente das instituições. A principal destas instituições é o Estado, que foi preponderante para a imposição do sistema mercantil no advento da modernidade. Para a autora, a concepção de mercado do início do período moderno “confinou o próprio mercado a uma esfera de atuação que não comprometia os princípios de funcionamento baseados na reciprocidade e na redistribuição, uma vez que funcionava, apenas, como um apêndice” (VINHA, 2003, p. 213).

Em suma, o problema social instaurado na modernidade não é o mercado em si, mas o mercado desenraizado da dinâmica social instaurada pelo padrão da simetria. Em outros termos, o mercado como modelo econômico com vistas à obtenção de lucro existiu mesmo nas sociedades pré-modernas, mas o seu funcionamento esteve condicionado às regras sociais que controlam o seu funcionamento. Neste sentido, o mercado é um acessório da sociedade e a adoção dos seus princípios como padrão das transações econômicas coloca em risco a organização social.

Max Weber: o cálculo e a transição fluida para a economia de mercado

As primeiras formulações de Weber acerca das transformações ocorridas na unidade doméstica encontram-se na obra *História Geral da Economia* (1919), quando o autor analisa a o surgimento da economia familiar e a transição para um segundo tipo de comunidade doméstica, denominada de propriedade senhorial. Também caracterizada pelo tradicionalismo econômico, esse modelo também se estruturou na sobreposição das propriedades de uma família sobre as outras, mantendo a autoridade do “senhor”, que cobrava tributos mesmo não sendo um agricultor. Todavia, o sentido dessas transformações é aprofundado na obra *Economia e Sociedade* (1921) quando Weber argumenta que as primeiras formas de indústria também foram familiares, criando a possibilidade de produzir para outras famílias (vizinhança) e para o mercado. Em seguida vieram as Guildas e depois o sistema de trabalho externo até chegar à fábrica moderna.

Para Swedberg (2005), a obra *Economia e Sociedade* é a principal elaboração da Sociologia Econômica weberiana e foi projetada para expor de maneira didática os principais conceitos econômicos e sua relação com o comportamento social. A obra utiliza de forma recorrente tipologias e “pares conceituais” que servem para contrastar as diferenças básicas entre os conceitos. Um destes pares é o de “economia aberta” *versus* “economia

fechada". Para o autor (2005, p. 47) a partir deste plano de fundo, a Sociologia Econômica weberiana passa a utilizar conceitos como "luta" e "concorrência", relações sociais "abertas" e "relações sociais fechadas", entre outros.

Weber ampara sua análise sobre o surgimento do mercado moderno em um dispositivo social básico: o cálculo em dinheiro. A introdução do cálculo em dinheiro teria atuado como fator de enfraquecimento do modelo "fechado" de economia, fazendo emergir "*o fato verdadeiramente revolucionário da modernidade: a firma*" (2000, p. 136). Sua característica básica foi a conta de capital, que é o cálculo do lucro antes e depois de um negócio, inaugurando uma nova forma de orientação da gestão econômica, denominada economia aquisitiva. Esta Orientação modificou a noção de gestão doméstica orientada para a subsistência e para a noção de economia como formas da satisfação de desejos e acumulação de lucros.

Além disto, a teoria weberiana também considera a importância da variável axiológica do individualismo como vetor da mudança de sentido da ação econômica, atuando diretamente na decomposição do modelo fechado característico do *oikos*. Embora essa questão não apareça de forma explícita, ela avalizou a não necessidade dos indivíduos de submeterem-se à ordem estabelecida (WEBER, 2000, p. 258-9). Da mesma forma, a conta de capital individualizada concedeu aos indivíduos a liberdade para, através do dinheiro, satisfazer seus desejos de consumo. Para isto, bastava que fosse inserido no mercado o maior número possível de objetos, liberando-os dos condicionamentos mágicos ou preceitos morais. Pode-se afirmar, neste sentido, que a liberdade individual encontra sentido na ampliação do mercado, sendo que o dinheiro assume um papel decisivo na efetividade desse modelo.

Outro aspecto relevante para o nascimento da firma moderna é o seu caráter impessoal. É comum, por exemplo, que a denominação utilizada pelas empresas nas transações comerciais seja fictícia (o chamado "nome fantasia"). A emergência desta prática foi fundamental por dois motivos: primeiro porque desvinculou a atividade comercial das práticas econômicas domésticas, permitindo às primeiras a reorientação pelos princípios do mercado. Assim, na organização doméstica não há distinção entre essas duas formas de propriedade, mas com a contratação de empregados e a introdução do dinheiro (e a utilização do crédito) houve uma necessidade de separação entre as duas. Ainda no século XIV, na cidade de Florença, a expressão *Fuori del corpo della compagnia* sinalizava o desmembramento entre a empresa doméstica e a empresa de mercado (WEBER, 2000, p. 259). E, em segundo lugar, porque na associação

comercial o sócio não é necessariamente um membro da família ou da “casa” (WEBER, 2000, p. 251), criando uma organização que suplanta definitivamente a lógica doméstica.

Neste percurso, o crédito *não gratuito*⁴ passa a ter um papel importante na organização econômica, incidindo no desenvolvimento da economia racional, na medida em que se apresenta como mediação entre um desejo e sua satisfação, por mais primitivos ou tradicionalmente arraigados que sejam estes desejos (WEBER, 2000, p. 38). Para o autor, a prática do crédito não é um fenômeno típico da modernidade, mas a inovação a sua forma não gratuita, implodindo a sua utilização usual com vistas ao simples abastecimento de consumo dos membros de uma comunidade.

Aproximações e diferenças entre Weber e Polanyi

Este estudo reconhece que há vários pontos de convergência entre Weber e Polanyi: em primeiro lugar, ambos enfatizam o caráter instrumental, racional, impessoal e nivelador do dinheiro. Mercadoria fictícia e instrumento que movimenta as “pás do moinho satânico do mercado” em Polanyi, elemento central para superação do tradicionalismo econômico e uma “arma na luta entre os homens no sistema de mercado” para Weber. Em segundo lugar, ambos reconhecem que os aspectos valorativos persistem, mesmo de forma residual, nas formações econômicas modernas. Em Weber, o “padrão de mercado” (ou “capitalismo racional”) não eliminou os elementos extraeconômicos que permeiam a ação social econômica, isto é, “toda relação social, por mais que se limite de maneira racional a determinado fim [...], pode criar valores emocionais que ultrapassam o fim primitivamente intencionado” (WEBER, 2000, p. 25).

Para apresentar as suas divergências entre Weber e Polanyi é importante considerar o contexto socioeconômico em que as teorias de foram produzidas. Enquanto Weber produziu sua análise em um momento de expansão econômica do capitalismo, especialmente estadunidense (a segunda parte da obra *Ética Protestante...* foi escrita nos Estados Unidos), Polanyi está no contexto do *Welfare State*, pós *Crash* de

⁴ Para os fins deste estudo, é útil considerar a definição de Weber (2000, p. 49-50): sobre as consequências que a inovação do crédito não-gratuito inseriu nas relações sociais: “O fundamento mais geral do crédito *não gratuito*, em espécie ou em dinheiro, é naturalmente, a circunstância de que, na maioria dos casos, a utilidade marginal da expectativa futura está mais elevada para o *credor* do que para o *devedor*, em virtude do melhor abastecimento do primeiro. [...] Crédito, neste sentido, significa primariamente a troca do poder de disposição de uma economia sobre bens materiais ou dinheiro - poder do qual esta carece no momento atual, mas que espera obter em excesso no futuro - pelo poder de disposição de outra economia, existente atualmente, mas não utilizado para fins próprios.

1929, e talvez por este motivo atribua importância a instituições como o Estado para controle do mercado. Isto é, enquanto Weber vive a euforia do desenvolvimento norte-americano, especialmente na primeira década do século XX, Polanyi está empenhado na reconstrução econômica e social após uma crise sem precedentes, especialmente de credibilidade nas leis do mercado, sobretudo do mercado financeiro.

O contexto de elaboração das obras pode ajudar a explicar as divergências entre Weber e Polanyi. Enquanto para o primeiro o tradicionalismo parece ser sinônimo de ineficiência e fragilidade, para o segundo, a sobreposição do princípio de mercado sobre a domesticidade é entendida como a “expulsão do paraíso” no desenvolvimento econômico ocidental. Esta diferença tem origem na seguinte ideia: enquanto para Weber a economia doméstica carrega o germe da empresa capitalista moderna, em Polanyi a economia de mercado formal desenraizou-se da sociedade, “cabendo” à sociedade e às organizações de caráter doméstico a tentativa de manter o padrão de mercado sob as rédeas da organização social, sendo que “a venda de excedentes não precisa destruir a domesticidade” (POLANYI, 2000, p. 74). Em outros termos, como afirmado acima, para Polanyi o mercado é estranho à sociedade e seus valores ameaçam a ordem existente.

Um segundo ponto divergente entre os autores - embora para ambos a economia seja interpretada como processo de racionalização da vida, não como um pressuposto geral - refere-se ao papel de instituições não econômicas como a religião nas transições dos modelos econômicos. Para Weber, a religião cumpriu um papel importante na formação do capitalismo e racionalização no Ocidente. A ética protestante, na sua versão ascética, ajudou a criar um novo tipo de mentalidade econômica (Cf. SWEDBERG, 2005). Já Polanyi, ao buscar entender a transformação da ordem moral do capitalismo moderno, afirma que a economia se despreendeu das instituições sociais, passando a ser regida pelo autointeresse e tentativa de historicização do *homo economicus* proposto pela economia política clássica.

Segue-se uma terceira diferença pautada na leitura do processo histórico de transformação do *oikos* para o modelo de mercado, especialmente na forma como este processo ocorreu e nas consequências sociais que instaurou. Em Polanyi, a transformação repousa na divergência entre as instituições derivadas de padrões econômicos contraditórios, explicitando uma relação conflituosa entre os princípios de coordenação econômica. Em Weber, a mudança cultural é fluida, gradual e não conflitante, isto é, a desestruturação do *oikos* foi provocada por mudanças na forma de gestão econômica que dinamizou a transição para

a gestão racional, denominada de “exercício pacífico do poder” (2000, p. 73). Esta condição possibilitou o surgimento da noção de que atores ou instituições específicas produzem as condições sociais e culturais para incorporação da nova ordem econômica nos diferentes contextos econômicos. Isto pode explicar porque enquanto para Polanyi o desenvolvimento econômico é fundamentalmente conflitante, percebido pela rivalidade entre os princípios econômicos, para Weber esta transição ocorreu de forma fluida (2000, p. 45), “de dentro para fora” e por uma mudança cultural gradual (2000, p. 28).

Isto não quer dizer que a dimensão do conflito e da regulação estejam ausentes em Weber. Aliás, é preciso resgatar que a regulação é abordada em ambos os autores. Para Weber ela é voluntária, garantida pelo contrato como instrumento para manutenção das condições sociais do regateio. Para Polanyi é mais visível o choque entre instituições criadas a partir dos princípios econômicos, evidenciando sua crítica em relação à economia política clássica.

Implicações metodológicas para análise da Agricultura Familiar

A leitura da transição do *oikos* para a economia de mercado a partir de Weber e Polanyi oferece tipologias que servem como recursos metodológicos, isolados de apreciações dualistas ou valorativas em relação aos efeitos que essa transição socioeconômica produziu na Agricultura Familiar brasileira. Assim, a leitura desse estudo não é avaliatória, mas pretende localizar as contribuições de ambos os autores na compreensão de aspectos específicos da intensificação do crédito e relações de mercado, criadas neste novo contexto. Em termos gerais, enquanto Polanyi oferece elementos para compreensão da estrutura das relações da Agricultura Familiar especialmente com o mercado, a teoria weberiana ajuda a compreender as transformações no plano microssocial.

Neste ínterim, a perspectiva inaugurada por Polanyi permite explorar a lacuna existente entre o mercado e as instituições sociais na compreensão do significado social das práticas econômicas na Agricultura Familiar, a partir de três direções: 1) o conceito de instituição como constrangimento externo da ação individual e, portanto, a necessidade de incorporação de elementos estruturais como ideologia e cultura para a compreensão do significado destas práticas; 2) a possibilidade de investigar a potência do princípio da reciprocidade como um sistema de coordenação vital para a localização dos limites do mercado na organização social; e por fim, 3) a noção de que o mercado é concebido como socialmente localizado, envolto em uma trama de relações sociais.

Na mesma direção, os conceitos de Polanyi contribuem para a

caracterização da especificidade histórica da Agricultura Familiar como voltada para o autoconsumo e sua tentativa de manter o mercado sob o controle comunitário. Sob este prisma, o padrão da simetria que orienta os princípios da domesticidade e reciprocidade constitui-se como elemento fundacional deste *modus vivendi*, e as chamadas “organizações de apoio” cumprem um papel estratégico na medida em que pressionam o Estado para a formalização de programas voltados para manutenção da domesticidade. Neste sentido, surgem programas de incentivo à diversificação da produção, ecologia, habitação e cooperativismo “alternativo”. Em termos práticos, estes programas procuram arranjar as relações sociais de forma que não desestremem o modo de vida tradicional.

Nesse plano, a ação das organizações de apoio, especialmente as cooperativas de crédito, jogam um duplo papel: promovem o acesso ao crédito como ferramenta de inclusão no mercado, ao mesmo tempo em que procuram reforçar a ideia da Agricultura Familiar como um modelo comunitário com transações econômicas fora do padrão mercantil. Diversos estudos, como os de Abramovay (1992, 2004, 2004b), Abramovay e Bitencourt (2003) e Magalhães e Abramovay (2007) e Abramovay, Magalhães Schröder (2010) têm mostrado os esforços destas cooperativas de crédito para manter um modelo de economia nos padrões da reciprocidade e simetria através de práticas como o Aval Solidário, fundos garantidores para compensações de perdas ou dificuldades financeiras de cooperativas que integram o sistema de créditos e articulação de cooperativas em redes.

A teoria de Polanyi encontrou eco nas formulações de Mark Granovetter (1985) por atualizar o conceito de *embeddedness*. Ao passo que criticou a noção de enraizamento de Polanyi por não reconhecê-la no mercado e por não enxergá-la como forma de coordenação social dependente das redes sociais nas quais as ações econômicas estão inseridas, Granovetter propôs fundir as noções de “enraizamento” e “rede” reivindicando como tarefa primordial da Sociologia Econômica a análise do modo pelo qual ações econômicas estão imersas em redes sociais.

Neste plano, as redes emergem como ferramenta metodológica para entender como os sistemas de coordenação social atuam na realização dos ideais de reciprocidade e na manutenção da confiança e estabilidade das organizações. No caso da Agricultura Familiar, a ideia de rede permite enxergar a potência das relações na delimitação dos limites do mercado, permitindo uma integração deste ator econômico sem comprometer sua identidade social.

A perspectiva de Weber, por sua vez, permite uma interpretação mais potente no plano microssociológico das transformações ocorridas na Agricultura Familiar brasileira, especialmente sobre a ideia de que o dinheiro operou transformações estruturais na orientação econômica dos integrantes da unidade familiar. A lógica da mudança está, portanto, na mudança cultural dos sujeitos a partir da operação do dinheiro nas suas transações econômicas cotidianas. Como este plano de fundo, a contribuição weberiana pode ser dividida em duas direções paralelas: na compreensão de como o dinheiro afetou a gestão da propriedade e de como a inclusão no mercado permitiu aos agricultores e agricultoras a satisfação de desejos de consumo. Com isso, reforça-se a ideia de que, além de vendedores do excedente, os agricultores familiares passaram também a comprar insumos, máquinas e equipamentos para a produção, e esta relação intensificada e permanente com o mercado contribuiu para a profissionalização da gestão e a especialização em determinadas atividades econômicas (produção de leite, hortaliças, frutas, cereais etc.). Como resultado, ocorreu uma ampliação das relações de consumo com o mercado, uma vez que a diversificação foi reduzida, criando a necessidade de adquirir nos mercados urbanos alguns itens alimentícios básicos para a manutenção da família. Por isto, embora esse estudo reconheça que a utilização do dinheiro no meio rural brasileiro não inicia com o Pronaf, a centralidade da análise está na intensificação da sua circulação, uma vez que o objetivo desta política pública é incluir uma parcela significativa de agricultores familiares no sistema financeiro através do acesso ao crédito.

Dessa forma, o dinheiro abriu a unidade doméstica, relacionando-a com o mercado e obrigando-a a adotar um conjunto de procedimentos técnicos como o cálculo, contratos e controles de gestão. O dinheiro foi, sem dúvida, o vetor fundamental dessa mudança cultural, gerando, por consequência, a desestruturação do modo fechado das relações tradicionais. Em outros termos, o acesso de mulheres e jovens ao crédito permitiu a emergência do protagonismo feminino e do empreendedorismo juvenil, bem como a melhoria da qualidade de vida através da aquisição de máquinas e equipamentos para auxiliar nas atividades de produção.

Sob este enfoque é possível argumentar que as relações de mercado e transações com a utilização de dinheiro não são atividades separadas na vida social e que no cotidiano as pessoas trabalham para que as transações mercantis não destruam os laços de reciprocidade, solidariedade e afetividade. A socióloga americana Viviana Zelizer (1988, 2005, 2009) segue esta trilha para compreender estas transações sob o

enfoque dos elementos culturais envolvidos nas relações. Seus estudos procuram eliminar a dicotomia clássica que funda as ciências sociais e a oposição entre racionalidade e subjetividade, mercado e vida privada, razão e emoção, sociedade e economia, individualização e solidariedade. Uma das chaves para romper com o dualismo é colocar como objeto da análise as transferências econômicas, as formas de produção, de consumo, distribuição, doações, trocas, buscando entender como ocorrem as práticas monetárias, aproximando mercados das abordagens sociais, culturais e até mesmo afetivas.

Para Zelizer, a explicação da realidade social por uma dualidade demarcada por conceitos morais e políticos não contribui para análise da complexidade do real, pois o mercado, a racionalidade econômica e o interesse não ameaçam a intimidade, as relações de solidariedade e a confiança. Assim, os sentimentos produzem ineficiência nos mercados e organizações, ao passo que o cálculo e a racionalidade esvaziam o conteúdo da solidariedade. No plano microssocial, Zelizer mostra que são as pessoas em relação que definem o que é aceitável e qual o sentido do dinheiro em cada relacionamento. E é a partir desse arranjo que são produzidos símbolos e erguidas as balizas sobre o que é correto ou incorreto em cada contexto. Assim, não é possível definir *a priori* se o dinheiro é o agente que deteriora a relação, pois sua significação é um resultado de expectativas de afetividade, racionalidade econômica e confiança mútua.

Zelizer rompe com a tese central da tradição da Sociologia Econômica de que moedas, relações sociais, transações econômicas e intimidade coexistem sem se opor ou se corromper, tornando o espaço social no *locus*, onde acontece uma reinterpretação ativa e criativa desse *media* da mercantilização. Esta perspectiva permite analisar os novos arranjos produzidos na unidade familiar rural a partir do protagonismo feminino e juvenil, que emergiu, em grande parte, por intermédio das políticas públicas de acesso ao crédito.

Considerações finais

Entre as principais conclusões deste estudo está a ideia de que enquanto a perspectiva de Polanyi propõe que essa transição foi marcada pelo conflito através da sobreposição do princípio de mercado (economia formal) sobre a domesticidade (economia substantiva), Weber sugere que esta transição foi resultado de um longo processo de mudança cultural, sendo fluida a passagem da forma econômica “tradicional” para o modelo “racional” de mercado.

Essa conclusão é extremamente relevante para a compreensão das transformações ocorridas na Agricultura Familiar brasileira: a mudança econômica, cultural e política operada pelo dinheiro precisou ajustar a “nova” estratégia para a unidade doméstica (familiar), que passou de economia fechada para aberta e influenciada pelos interesses econômicos típicos das relações mercantis. Assim, salvaguardadas as diferenças entre Weber e Polanyi, constatou-se que ambos contribuem para a leitura de diferentes aspectos dessas transformações. Reitera-se que a estratégia de leitura do sentido das transformações não está na avaliação das mudanças ocorridas, mas na compreensão de como elas ocorreram.

Estudos futuros podem interpretar com maior profundidade o papel do Estado nessas transformações, na medida em que joga um duplo papel entre a tentativa de regulação do mercado ou mesmo como mediador entre os interesses dos agricultores e agricultoras familiares e de agentes de mercado, que veem nas políticas públicas uma oportunidade para ampliação das oportunidades lucrativas. Além disto, este estudo não analisou relações arruinadas ou consequências negativas do crédito como o superendividamento e assimetria nas relações de poder entre organizações de apoio e agricultores, ou mesmo entre os membros da unidade familiar. Espera-se, outrossim, que as ferramentas metodológicas propostas por Weber e Polanyi - e que seguiram na base Nova Sociologia Econômica - ofereçam um ponto de partida para o aprofundamento de uma agenda de pesquisa para analisar temas como inadimplência, conflitos com origem no endividamento e quebra de contrato entre agricultores e instituições de apoio. Com isto, poder-se-ia ampliar a compreensão sobre a complexa relação entre intimidade e transações econômicas.

Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, Ricardo. Entre Deus e o diabo. *Tempo Social, Revista de sociologia da USP*, v. 16, n. 2, p. 36-64, nov. 2004.
- _____. A densa vida financeira das famílias pobres. In: R. ABRAMOVAY (org.). *Laços financeiros na luta contra a pobreza*. São Paulo: Fapesp/Annablume, 2004, p. 21-70.
- _____. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. São Paulo: Hucitec, 1992. 294p.
- _____. e BITENCOURT, Gilson Alceu. Inovações institucionais no financiamento da agricultura familiar: o Sistema CRESOL. *Revista Economia Ensaios*, Uberlândia, v. 16, n. 1, p. 179-207, 2002.

- ABRAMOVAY, Ricardo, MAGALHÃES, Reginaldo e SCHRODER, Mônica. Representatividade e inovação na governança dos princípios participativos: o caso das organizações brasileiras de agricultores familiares. *Revista Sociologias*, v. 12, n. 24, p. 268-306, mai./ago. 2010.
- GRANOVETTER, Mark. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. *American journal of sociology*, v. 91, n. 3, p. 481-510, nov. 1985.
- MAGALHÃES, Reginaldo Sales e ABRAMOVAY, Ricardo. A formação de um mercado de microfinanças no sertão da Bahia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 22, n. 63, p. 107-19, jan./fev. 2007.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 2000. 360 p.
- SWEDBERG, Richard. *Max Weber e a ideia de Sociologia Econômica*. Rio de Janeiro: Editora Ufrj, São Paulo, Beca Produções Culturais, 2005. 388 p.
- VINHA, Valéria. Polanyi e a Nova Sociologia Econômica: uma Aplicação Contemporânea do conceito de Enraizamento Social. *Revista Econômica*, v. 3, n. 2, p 207-229, dez. 2003.
- WEBBER, Max. *Economia e sociedade*, v. 2. Brasília: UnB, 2000. 580p.
- _____. *Economia e sociedade*, v. 1. Brasília: UnB, 2000. 424p.
- _____. *A ética protestante e o espírito do capitalismo* [1905]. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. 335p.
- _____. *História Geral da Economia*. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1968. 367p.
- ZELIZER, Viviana. Beyond the Polemics on the Market: Establishing a Theoretical and Empirical Agenda. *Sociological Forum*, v. 3, n. 4, p. 614-634, sept. 1988.
- _____. *The purchase of intimacy*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2005. 368p.
- _____. Dualidades Perigosas. *Mana. Estudos de Antropologia Social*, v. 15, n. 1, p. 237-256, abr. 2009.

PAULI, Jandir, Elaine da Silva Leite e Cinara Lerrer Rosenfield. Entre o oikos e a firma: a influência do crédito na transição socioeconômica da agricultura familiar brasileira. *Estudos Sociedade e Agricultura*, abril de 2016, vol. 24, n. 1, p. 28-42, ISSN 1413-0580.

Resumo: (*Entre o oikos e a firma: a influência do crédito na transição socioeconômica da agricultura familiar brasileira*). O crédito rural provocou intensas transformações na agricultura familiar brasileira. Este artigo tem como objetivo interpretar os sentidos dessas transformações a partir das leituras de Max Weber e Karl Polanyi. A partir da revisão da literatura, discutiu-se os efeitos da intensificação do dinheiro para a mudança do perfil econômico deste ator social. As conclusões sugerem que enquanto Polanyi contribui para a análise da estrutura das relações na tentativa de manutenção do mercado sob o controle social, Weber oferece elementos para compreensão de como o dinheiro afetou a gestão interna e as mudanças nos padrões culturais.

Palavras-chave: sociologia econômica, crédito, agricultura familiar.

Abstract: (*Between the oikos and the firm: the influence of credit in socioeconomic transition of Brazilian family farming*). Rural credit brought about sweeping changes in Brazilian family farming. This article aims to interpret the meanings of these transformations from the readings of Max Weber and Karl Polanyi. From the literature review, the article discusses the effects of the intensification of money to change the economic profile of this social actor. The findings suggest that while Polanyi contributes to analysis of the structure of relationships in the attempt to maintain markets under social control, Weber offers elements for understanding how money affected internal management and changes in cultural patterns.

Keywords: economic sociology, credit, family farming.

Recebido em novembro de 2015.

Aceito em abril de 2016.